

**ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA E ORIENTAÇÕES PARA AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NO ENSINO MÉDIO: QUAIS AS INDICAÇÕES DO ESTADO DE
SANTA CATARINA?**

**FACING THE PANDEMIC AND GUIDELINES FOR PEDAGOGICAL
PRACTICES IN HIGH SCHOOL: WHAT ARE THE INDICATIONS FROM THE
STATE OF SANTA CATARINA?**

Jane Mery RichterVoigt¹

<https://orcid.org/0000-0003-2180-5476>

Shirlei de Souza Corrêa²

<https://orcid.org/0000-0001-9310-0454>

Gabriel Blasius Sutil de Oliveira³

<https://orcid.org/0000-0002-2348-9692>

Recebido em: 15 nov. 2023.

Aceito em: 14 dez. 2023.

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar as temáticas dos materiais disponibilizados no site da Secretaria de Estado das Educação de Santa Catarina - SED, uma das fontes de orientação para as práticas pedagógicas de professores do Ensino Médio durante a pandemia. O referencial teórico se pauta em autores que discutem políticas curriculares do Ensino Médio e o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação. De abordagem qualitativa, a pesquisa exploratória foi realizada a partir de análise documental, contemplando os materiais disponíveis no site da SED. Os resultados revelam que os professores foram instrumentalizados pelas ferramentas digitais do *Google for Education* e por meio de webinários de formação. Percebe-se uma fragilidade com relação a formação de professores do Ensino Médio nesse período, o que minimiza as recentes discussões em pauta no país referentes às políticas curriculares para o novo Ensino Médio, e que propõe abertura às parcerias público privadas.

¹ Doutora em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP, São Paulo, São Paulo, Brasil. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. E-mail: jane.mery@univille.br.

² Doutora. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: shirleiscorrea@hotmail.com.

³ Graduando em Psicologia pela Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE e bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: blasius.gabriel@gmail.com.

Palavras-chave: Ensino Médio. Prática Educativa. Tecnologias digitais da Informação e Comunicação. Pandemia.

ABSTRACT

The objective of this article is to identify the themes of the materials available on the website of the State Department of Education of Santa Catarina – SED, one of the sources of guidance for the pedagogical practices of high school teachers during the pandemic. The theoretical framework is based on authors who discuss high school curriculum policies and the use of digital information and communication technologies. With a qualitative approach, the exploratory research was carried out based on documentary analysis, considering the materials available on the SED website. The results reveal that teachers were equipped with digital tools from “Google for Education” and through training webinars. There is a perceived weakness in relation to the training of high school teachers during this period, which minimizes the recent discussions on the agenda in the country regarding curricular policies for the new high school, and which proposes openness to public-private partnership.

Keywords: High School. Educational Practices. Digital Information and Communication Technologies. Pandemic.

INTRODUÇÃO

Em 2019 teve início uma pandemia de rápida contaminação por um vírus denominado Sars-Cov-2. Diante dos altos índices de contágio e de letalidade, do desconhecimento das consequências da doença denominada Covid-19, a comunidade científica mundial se mobilizou no desenvolvimento de vacinas e medicamentos que pudessem amenizar e/ou solucionar as consequências dessa enfermidade. As recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) foram de uso de máscaras, frequente higienização das mãos e de isolamento social, como formas de conter a contaminação para um número muito grande de pessoas.

Especialmente em 2020, se fez necessária a suspensão da maior parte das atividades humanas presenciais, incluindo as relacionadas aos espaços escolares. Muitos desafios que envolvem a saúde pública da população mundial foram e ainda são enfrentados diante dessa situação e diversos setores foram impactados com o anúncio do período pandêmico. No que se refere à Educação, as pesquisas (DIAS, PINTO, 2020) mostram que a pandemia acarretou prejuízos de diversas ordens: na organização do cotidiano escolar, na prática docente e principalmente no processo de

ensino e aprendizagem. Em meio a situação de emergência, as redes de ensino e seus professores, em todos os níveis, tiveram que se reinventar, procurando alternativas que contribuíssem para manter a oferta de uma ação educativa com qualidade.

As aulas passaram a ser realizadas em ambientes virtuais de aprendizagem, com a mediação de ferramentas de tecnologias digitais. Essa mudança não é uma tarefa simples, considerando que a maioria dos professores não teve formação para atuação em ambientes virtuais, o que pressupõe outra forma de planejar e de ministrar suas aulas. Esse movimento representou um esforço para a adaptação da gestão pública e privada, dos técnicos e, sobretudo, dos docentes.

Em meio a esse processo permeado de dúvidas e incertezas, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que permitia que as instituições de ensino substituíssem as aulas presenciais por aulas virtuais, com o uso de meios e tecnologias digitais. Naquele momento, a Secretaria de Estado de Educação (SED) de Santa Catarina, seguindo as orientações do MEC e da OMS iniciou o processo de virtualização das aulas.

Um dos meios de comunicação da SED com a comunidade é o site oficial, onde são disponibilizados materiais, orientações, informações, notícias entre outros. Sabendo que o site foi um dos meios de comunicação entre a SED e os professores vinculados a rede estadual de Santa Catarina no momento do início da pandemia, o objetivo desta pesquisa foi identificar as temáticas dos materiais disponibilizados pela SED que caracterizam as fontes de orientação para as práticas pedagógicas desenvolvidas em ambientes virtuais de professores que atuam no Ensino Médio.

Este estudo contou com uma abordagem qualitativa, tem um caráter exploratório e foi realizado por meio de análise documental, ao buscar informações em documentos que atendam às questões e hipóteses da pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). No caso da presente investigação, foi feita a análise dos materiais disponíveis no site da SED de Santa Catarina, considerando que os documentos são fonte de informação contextualizada (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), e que o site é um espaço público que orienta professores, estudantes e toda a população em relação à educação no estado, trazendo informações sobre as ações educativas relacionadas à pandemia que intensificou em 2020.

A seguir serão apresentadas algumas contribuições de pesquisadores que estudam o Ensino Médio e as reformas curriculares, assim como autores que tratam do uso das tecnologias digitais da comunicação e informação. Em seguida, serão apresentados os dados resultantes da investigação realizada no site da SED.

ENSINO MÉDIO E TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Para compreender o que ocorreu no momento de pandemia em que as aulas foram ofertadas por meio de plataformas que envolvem as tecnologias digitais da comunicação e informação, entendemos relevante trazer neste referencial, alguns aspectos relacionados às políticas para o Ensino Médio, bem como o que se compreende no processo educativo por meio das tecnologias digitais.

Não há como negar que os desafios propostos para a educação contemporânea exigem a busca de algo novo, que contemple as tecnologias digitais, que atenda às necessidades das juventudes, a preparação para o mundo do trabalho e para a inserção num mundo globalizado. “Daí a necessidade de um currículo que se adapte aos desafios que hoje a sociedade coloca à escola, um currículo diferente do que tem vigorado na generalidade dos sistemas de ensino” (MORGADO, 2018, p. 80).

Não há como negar, a partir desse entendimento, que a inserção das tecnologias digitais da informação e comunicação são necessárias na educação, elas fazem parte deste mundo. Entretanto, não podemos descuidar de um movimento relevante que se observa na implementação no âmbito do Ensino Médio. O que se percebe é que as políticas educacionais para esta etapa, como a reforma do Novo Ensino Médio proposta a partir da Lei 13.415/2017, carrega a marca de uma política neoliberal, pautada na flexibilidade, preparação para o mercado de trabalho e da formação para a autonomia e para o empreendedorismo. Da forma que o novo currículo está proposto e vem se organizando, de modo a abrir espaço para “parcerias público-privadas como estratégia de privatização do Ensino Médio pela venda de pacotes e determinação do conteúdo e dos métodos de ensino por institutos privados ou organizações sociais, supostamente neutros” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.369). Diante desse cenário de emergência que a educação enfrenta pós período pandêmico, especialmente no contexto do Ensino Médio, percebe-se que o momento

pode ser facilitador nesse processo de abertura para essas parcerias, pois o papel das plataformas digitais na continuidade das atividades foi inevitável e ao mesmo tempo, imprescindível para a continuidade das atividades educativas.

Corrêa e Garcia (2021), ao analisar a reforma do Ensino Médio, destacam os diversos movimentos e manifestações contrárias às mudanças propostas por essa reforma, seja pela imposição por meio de uma medida provisória, a Medida Provisória n.746/2016, que não permitiu o amplo debate com professores, estudantes, pesquisadores ou sociedade em geral, seja pelas prováveis consequências dessas mudanças. Outro aspecto ressaltado pelas autoras é que “as críticas caminham no sentido de defender a concepção de EM como parte da educação ‘de base’, etapa em que deve ser assegurada aos brasileiros e brasileiras uma formação comum’ (CORRÊA; GARCIA, 2021, p. 39). E como educação básica, a qualidade da oferta precisa ser garantida pelo Estado, o que passa pela formação e condições de trabalho dos professores, infraestrutura adequada nas escolas e um currículo que garanta a formação crítica e emancipatória.

Considerando as políticas educativas e as reformas que são realizadas, vale lembrar que dentre as mudanças estão as relacionadas às práticas pedagógicas dos professores. Morgado (2018) lembra que durante muito tempo, o modelo pedagógico foi centrado no ensino e no professor, valorizando as dimensões cognitivas e instrutivas do ato educativo. Hoje, o modelo tem como base o protagonismo do estudante, sujeito principal do processo de ensino e aprendizagem.

Uma mudança que compele as escolas e os professores a criarem condições para que cada estudante possa desenvolver de forma integral as suas capacidades e competências e a perfilharem um novo conceito de aprendizagem, vista agora como um processo de construção em ação, dependendo, por isso, de elementos que permitem ao estudante assumir-se como construtor do seu próprio conhecimento (MORGADO, 2018, p.7).

Para que isso se concretize, é necessário que se considere o contexto da escola e o contexto das mudanças nas políticas educativas e curriculares, a forma como a educação é valorizada socialmente e o reconhecimento da escola e de seus atores a nível regional e local. Atualmente continuamos num contexto de anunciada descentralização política e decisão curricular, porém ainda se nos deparamos com currículos prescritivos, com pouca participação de professores, estudantes e comunidade escolar “adiando, assim, a construção da tão propalada autonomia das

escolas, com consequências diretas no currículo que aí se desenvolve” (MORGADO, 2018, p. 8).

Conforme Morgado (2018), há ainda duas outras questões que desafiam as políticas educativas e curriculares que são a globalização e a internacionalização. Por isso, é preciso delinear caminhos que permitam às escolas e aos professores responder aos desafios que se colocam a partir dos contextos. Nossos estudantes precisam munir-se de saberes que lhes permitam inserir-se num mundo em contínua transformação e cujos eixos são conhecimento e constante aprendizagem.

Nesse viés ao refletirmos sobre a inserção e o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação, não podemos compreendê-las apenas “como suporte para desenvolver as práticas pedagógicas ou como forma de despertar o interesse dos estudantes nas aulas, mas sim de empregá-las para construir conhecimentos e desenvolver competências” (PESCE; VOIGT, 2021, p.79).

As autoras ressaltam que, no Ensino Médio, o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas às tecnologias digitais é ainda mais premente, uma vez que os jovens constroem suas identidades de diversas formas, seja de modo coletivo na escola, seja nas redes sociais e nos espaços que habitam. Desse modo,

a escola não pode deixar de considerar o perfil desses jovens, porque as tecnologias já fazem parte da vida pessoal e de sua futura atividade profissional. É papel da escola proporcionar ao estudante uma formação crítica em relação ao uso das tecnologias, com vistas a constituir-se como um cidadão autônomo e produtor de conhecimentos (PESCE; VOIGT, 2021, p.79).

Moran (2017) defende o uso das tecnologias digitais como expressões atuais da aprendizagem denominada ativa. O autor indica que elas permitem aprendizagens pautadas em experimentação, aprendizagens *maker*, com possibilidades de compartilhamento e participação efetiva dos jovens. O uso da palavra ativa pressupõe associação à uma aprendizagem reflexiva, tonando visíveis e evidentes os processos, os conhecimentos e as competências desenvolvidas com cada atividade.

Há modelos pedagógicos diferentes dependendo dos objetivos, etapas de formação, modelos de organização (de grande escala ou não). Predominam hoje os modelos planejados previamente, que oferecem vídeos, textos atraentes, com links, quizzes, discussões, produção e avaliação em tempos certos. O grande desafio é combinar qualidade com quantidade, planejamento pedagógico estruturado e flexível; atender a muitos ao mesmo tempo e conseguir que cada um encontre sentido e relevância, podendo personalizar ao máximo o processo de aprender (MORAN, 2017, p.25).

Para Sacristán (2017), quando o professor realiza seus planejamentos pedagógicos, dispõe de dois referenciais: o currículo prescrito pelas políticas educacionais e as condições de seu contexto escolar. Essas condições contemplam a possibilidade do uso de tecnologias digitais da informação e comunicação. Dessa forma, as secretarias de educação, além de estabelecer as diretrizes educacionais, são responsáveis pelas orientações das práticas pedagógicas dos professores. No que se refere ao uso das tecnologias digitais da informação e comunicação, ressalta-se que não só os professores precisam do acesso, mas também os estudantes, o que nem sempre é possível, numa sociedade marcadamente desigual como a brasileira. Para Corrêa et al (2021), o debate sobre a inserção das tecnologias digitais como elemento curricular e sua utilização nos processos de ensino e aprendizado impulsiona uma série de questionamentos e anseios por parte de quem vivencia o cotidiano escolar e conhece a precariedade estrutural comumente observada em muitas escolas brasileiras. Diante dessas considerações, ressaltamos que é papel da pesquisa investigar os resultados e repercussões de currículos prescritos e praticados, bem como das condições de oferta educacional. Em meio a pandemia, buscou-se manter as aulas da educação básica por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação, o que implicou em mudanças e adaptações nas práticas pedagógicas dos professores. Sobretudo quando entende-se que as tecnologias são produto e produtor de práticas sociais e elementos de mediação, já que essas não são mais entendidas como meros instrumentos técnicos utilizados nas relações de comunicação e/ou de produção. As tecnologias assumem papel essencial e potencializador do/no processo de ensino e aprendizagem.

MATERIAIS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DISPONIBILIZADOS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Para que fosse possível identificar alguns dos materiais disponibilizados aos professores do Ensino Médio em Santa Catarina durante a pandemia, recorreremos a uma busca direta no *site* da SED de Santa Catarina⁴.

⁴ Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/>. Acesso em 10 fev. 2021.

Durante a navegação no referido *site*, tivemos algumas percepções que se mostram relevantes. A primeira a ser destacada refere-se à dificuldade para encontrar alguma orientação com relação às práticas pedagógicas em meio a pandemia. Foi necessário buscar diferentes abas e campos e entrar em cada um deles para encontrar notícias/informações acerca do tema. Diante dessa busca pouco facilitada, ao entrar nas abas “Serviços” e “Professores e Gestores” encontramos uma lista em ordem alfabética e, por sua vez, sem ordem de data, com diversas matérias contemplando as mais diversas temáticas. Entre as temáticas foi encontrada a manchete intitulada “Formação on-line para atividades não presenciais – 2020”. Ao adentrar neste anúncio encontramos um enunciado sobre o que se trata a formação em questão:

A Formação on-line para atividades não presenciais - 2020 é uma das ações da Secretaria de Estado da Educação (SED) para preparar os educadores no atendimento à comunidade escolar, durante o período de distanciamento social por prevenção ao coronavírus. O objetivo da formação é apresentar aos profissionais novas ferramentas e estratégias que podem ser usadas em atividades não presenciais. Os seminários on-line são transmitidos pela plataforma do YouTube, onde são gravados e poderão ser visualizados quando a/o cursista necessitar. Acesse a página SC em Formação e participe (<https://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores>).

De acordo com o enunciado, entendemos que a formação dos professores é voltada para o uso de ferramentas e estratégias para enfrentar o período de pandemia, enquanto as aulas permaneciam de modo virtual. Ao acessar o *site* “SC em Formação”⁵, foi possível observar dois *hiperlinks* de destaque, um que levou para a página das formações, ou seja, webinários publicados na plataforma *YouTube*, enquanto o segundo levou aos manuais do *Google for Education* disponibilizados aos professores da rede estadual de Santa Catarina.

De acordo com o que foi possível acessar nas informações destes manuais, a SED de Santa Catarina, com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, realizaram no final de 2019 uma parceria com a *Google*. No início, o acordo previa a disponibilização da plataforma em duas escolas de Santa Catarina, em 2020,

⁵ Disponível em: <https://sites.google.com/sed.sc.gov.br/scemformacao/in%C3%ADcio>. Acesso em 10 fev. 2021.

em decorrência da pandemia, como ação emergencial, as demais unidades de ensino também foram conectadas à plataforma digital *Google for Education*.

De acordo com o manual:

As ferramentas do Google Sala de Aula podem ser usadas como alternativas de ensino aos professores durante o período de isolamento social, tornando o aprendizado ainda mais atraente para o estudante. Com os recursos disponíveis, é possível criar apresentações interativas, formulários com trilhas de aprendizagem, site para repositório de materiais, videochamadas para ministrar aulas e atividades didáticas para as crianças (SC FORMAÇÃO, 2020, web).

Essas indicações do manual trazem a promessa de uma solução para o processo de ensino e aprendizagem nas escolas, oferecendo diversas ferramentas, anunciadas como atrativas para os estudantes:

O guia apresenta ideias de atividades que os professores podem propor aos alunos durante o período de isolamento social usando as ferramentas Google Formulários, Google Docs, Google Apresentações, Google Sites, Hangouts Meet, Youtube Edu, Google Earth, Jamboard e Canvas do Google. Cada recurso é apresentado com dicas para auxiliar o aprendizado e tornar o ensino mais interativo (SED, 2020).

Por meio do texto que apresentado para esse recurso, percebe-se que a disponibilização dessas ferramentas foi uma possibilidade encontrada no momento emergencial de início da pandemia. Não podemos negar que o acesso às plataformas digitais foi fundamental para que se pudesse dar continuidade ao processo de escolarização durante o período pandêmico. No entanto, entendendo que ensino e aprendizagem é complexo, que envolve outras variáveis como o currículo, as relações entre os atores envolvidos os diferentes modos de aprender e fundamentalmente, a mediação e presença do professor (SANTOS et. al., 2020), e que “as finalidades previstas para a educação podem ser alcançadas pela mutualidade de vários setores sociais no compromisso de educar” (BAADE et al., 2020, p. 92), percebe-se uma fragilidade no desenvolvimento das orientações quanto ao uso destas ferramentas em se tratando de um proceso tão complexo como este – que envolve a prática de ensinar.

Não encontramos orientações/discussões/problematizações que dessem vazão aos reais problemas enfrentados pelos docentes e alunos que vivenciam as escolas públicas de Santa Catarina. As orientações disponíveis no *site* da SED seguem no mesmo tom de apresentação das ferramentas: A dinâmica do guia é

diferente para os estudantes. “A página tem vários vídeos curtos para explicar aos alunos como funciona o Google Sala de Aula e como a plataforma auxilia aluno e professor nas atividades mediadas” (SED, 2020).

Onde estariam as orientações diversificadas/ diferentes possibilidades de enfrentamento das principais fragilidades presentes nas escolas? Já que nem todos os estudantes tiveram acesso por diversas razões como a qualidade da rede de internet, a ausência de computadores e/ou *smartphones*, entre tantas outras razões?

As ferramentas, como apresentadas num movimento de soluções digitais, parecem dar conta de tantos problemas históricos enfrentados há muitos tempos. No entanto, o caráter prescritivo da apresentação destas ferramentas e o espaço pouco dialógico que envolveu a organização curricular propõe o desenvolvimento de uma educação para poucos. Longe da proposta de educação democrática instituída pelo Estado.

Morgado (2018) enfatiza que faz-se necessário assumir a escola como espaço público e para isso, as políticas educativas e curriculares devem viabilizar a efetiva tomada de decisão pelos professores ao nível do currículo das escolas. A escola precisa se envolver com a realidade, ao mesmo tempo em que a sociedade também deve assumir as suas responsabilidades nesse processo. E dos professores:

dependem as mudanças mais emblemáticas e mais especializadas que urge concretizar na escola, sendo, por isso, necessário criar condições que lhes permitam modificar o seu pensamento educativo e desfazer-se de certas rotinas que adotaram há muito tempo e que dificultam a concretização dos propósitos enunciados (MORGADO, 2018, p. 10).

Sem a pretensão de julgar as ações da SED no momento de pandemia, entendemos que a parceria foi importante para a continuidade da oferta educativa no estado de Santa Catarina, problematizamos o fato de que as ferramentas por si só não dão conta da aprendizagem, portanto, ao mencionar que o aprendizado pode ser mais “atraente” para o estudante, parece anunciar que há uma solução para os problemas educacionais, que são, na realidade muito complexos. E estão muito além da opção por parcerias desse tipo.

A apresentação do manual do *Google for Education* indica que existem dois outros manuais distintos (os quais o acesso é disponibilizado apenas para os alunos e professores da rede de ensino), um especificamente para os professores, que traz

sugestões de atividades pedagógicas utilizando as ferramentas da plataforma; e outro manual para os alunos, com o objetivo de orientá-los para o uso da plataforma.

Quanto aos seminários publicados na página “SC em Formação”, cujo objetivo é realizar a formação docente, observamos que foram organizados em dois ciclos. O primeiro ciclo iniciou com um webinários realizados no período de 02/04/2020 à 15/05/2020. Esses vídeos continuam disponíveis no *YouTube* para acessos posteriores ao período de formação. Destacamos esse movimento como um aspecto relevante, pois dá a possibilidade do professor acessar mais de uma vez e nos horário que lhe forem convenientes. Por outro lado, esse tipo de formação carrega uma perspectiva mais informativa do que de fato formativa, uma vez que não há possibilidade de interação e/ou discussão, especialmente em momentos posteriores ao período de oferta. Entendemos que esse movimento não propõe a reflexão-ação-reflexão.

Pautados em Imbernón (2010), entendemos que podemos falar em formação docente, quando ela contempla o estabelecimento de estratégias de pensamento que os auxiliem nas tomadas de decisão, no estabelecimento de vínculos entre os conhecimento e a realidade social, para que possa superar a racionalidade técnica. Diferente, portanto, do que esse exercício proporciona aos professores da rede estadual de Santa Catarina.

Para que fosse possível analisar as formações, a partir dos dados disponíveis no site, foi elaborada a Tabela 1, na qual foram agrupados os temas das webinários ocorridas no período da formação proposta.

Tabela 1 – Quantidade de webinários por tema no 1º Ciclo de Formação dos professores de Santa Catarina durante a pandemia de 2020

Temas dos Webinários	Quantidade de webinários	Percentual de webinários
Formação para o uso das ferramentas digitais disponíveis na plataforma	11	35,48%
A cultura digital como objeto de conhecimento	1	3,23%
Práticas pedagógicas, estratégias de adaptação	8	25,80%
Educação especial e inclusiva	2	6,45%
Formação específica para o Ensino Fundamental	5	16,13%

Formação específica para o Ensino Médio	3	9,68%
Formação específica para a EJA	1	3,23%
Total	31	100%

Fonte: Autores, 2022.

De acordo com os dados da Tabela 1, ao todo, foram 31 webinários nos dois meses de formação no primeiro ciclo. É possível observar que o foco do primeiro ciclo, com 11 (35,48%) webinários, consistiu na formação para o uso de ferramentas disponíveis na plataforma do *Google for Education* como: Educação nas nuvens - Google Drive e Minha sala virtual - Google Classroom. A cultura digital como objeto de conhecimento também foi um temática abordada em apenas uma dos momentos de formação.

A prática pedagógica em ambientes virtuais foi tema de 19 (61,29%) webinários, distribuídos em estratégias gerais e específicas para diferentes níveis de ensino. Especificamente para o Ensino Médio, observamos apenas três momentos, o que representa 9,68%.

É importante ressaltar que quando adentramos a temática “Práticas pedagógicas, estratégias de adaptação”, realizada em 25,8% dos momentos de formação neste primeiro ciclo, estamos nos referindo aos seminários os quais o título remete, de alguma forma, a temática abordada que poderá auxiliar tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio. Um dos exemplos é o webinário intitulado “Uso da Gamificação na Educação”.

Sendo assim, dentro da temática proposta por este estudo, cujo objetivo é identificar as temáticas dos materiais disponibilizados no *site* da Secretaria de Estado das Educação de Santa Catarina – SED para orientação das práticas pedagógicas de professores no Ensino Médio durante a pandemia, observamos que no primeiro ciclo temos 9,68% dos seminários se tratando especificamente de temáticas de interesse do Ensino Médio e 25,8% de modo geral sendo ambos, de alguma forma, propondo soluções digitais para auxiliar ou adaptar o currículo do Ensino Médio para o meio virtual.

Conforme os dados disponibilizados no site consultado para essa pesquisa, o 2º Ciclo de Formação foi realizado no segundo semestre de 2020, três meses após o

término do 1º Ciclo. O primeiro webinar realizado foi no dia 27/08/2020, no mês seguinte em setembro, ocorreram 14 webinários, no mês de outubro aconteceram mais 10, e, por último, em novembro observamos mais três, com o último ocorrendo no dia 05/11/2020. Sendo assim, o segundo ciclo teve uma duração maior que o primeiro para ser concluído ultrapassando três meses de duração. Contudo, essa duração não se estabeleceu por consequência de um aumento na publicação de seminários, visto que o segundo ciclo possui 28, e sim por um maior intervalo entre a publicação de cada um destes. Para o 2º Ciclo de Formação, utilizamos as mesmas temáticas para realizar a divisão, contudo, a maioria dessas não apareceram, conforme a tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de webinários por tema no 2º Ciclo de Formação dos professores de Santa Catarina durante a pandemia de 2020

Temas dos Webinários	Quantidade de webinários	Percentual de webinários
Formação para o uso das ferramentas digitais disponíveis na plataforma	0	0%
A cultura digital como objeto de conhecimento	3	10,71%
Práticas pedagógicas, estratégias de adaptação	0	0%
Educação especial e inclusiva	0	0%
Formação específica para o Ensino Fundamental	25	89,29%
Formação específica para o Ensino Médio	0	0%
Formação específica para a EJA	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Autores, 2022.

De acordo com a Tabela 2, nota-se que no segundo ciclo de formação o foco foi o Ensino Fundamental, com 25 (89,29%) webinários se debruçaram sobre práticas para específicas para o ensino fundamental e os 3 (10,71%) restantes foram seminários para explicar, adentrar e conhecer um pouco mais da cultura digital. Os temas oferecidos para professores do ensino fundamental foram os mais diversos, desde temas voltados para a alfabetização como “Alfabetização, letramento e seus

organizadores curriculares - 1º ano EF”, até temas que atendem especificamente os componentes curriculares do Ensino Fundamental, denominados nas webinários de formação como “Organizadores curriculares”.

Essa discrepância de temas em relação ao primeiro ciclo nos faz questionar quais foram as métricas para elaborar as temáticas destas formações. Por quais motivos o ensino fundamental recebeu maior atenção na organização das formações quando comparado ao Ensino Médio?

Ainda sobre essa discrepância, preocupações maiores se instalam quando se vivencia o movimento da Reforma do Ensino Médio no país. Diante de tantas mudanças na estruturação do currículo, na ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem e diante organização dos itinerários formativos, não seria essa uma etapa que mereceria total atenção nesse momento de construção/organização do ensino por meio do uso das tecnologias? Se as fragilidades do Ensino Médio são históricas e se os baixos índices de acesso e permanência denunciam a necessidade de mudanças (SILVA, 2020), por quais motivos as recentes necessidades referentes ao desenvolvimento dos processos educativos do Ensino Médio em meio a uma pandemia dessa extensão não foram priorizadas pela SED?

Teriam os professores outros meios de acesso à formação, que não fosse o site oficial do estado? Para além das questões de acesso à diferentes propostas de formação, outro aspecto a ser questionado é qual o alcance desse processo formativo? De que forma os professores se apropriaram das ferramentas e incorporaram nas suas práticas pedagógicas? Reiterando o pensamento de Imbernón (2010), entende-se que a formação dos professores deve contemplar conhecimentos válidos, que gerem atitudes interativas e dialéticas, desenvolvendo ações pedagógicas que envolvam cooperação, análise e reflexão sobre as práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste cenário, muitas questões podem ser problematizadas como a formação dos professores, o acesso dos estudantes às tecnologias digitais, as condições para a aprendizagem sem a efetiva mediação do professor, as condições de trabalho dos professores, os impactos do uso das tecnologias digitais e outras.

Observamos por meio da pesquisa que a parceria realizada entre a SED e a *Google* teve como objetivo instrumentalizar os professores para que pudessem realizar suas aulas de modo virtual. Para isso foi necessário realizar formações em um curto espaço de tempo, o que ocorreu por meio dos webinários realizados em dois ciclos no ano de 2020.

De acordo com as temáticas identificadas, algumas dessas formações serviram de instrumentalização das ferramentas digitais e outras trouxeram algumas temáticas que envolvem as práticas pedagógicas para a atuação nos diferentes níveis de ensino e componentes curriculares. Entretanto, o Ensino Médio é contemplado de forma tímida, como se pode observar, especialmente no segundo ciclo de formação, o que gera questionamentos diante do cenário de importantes mudanças na estrutura e organização que vem se desenvolvendo a partir de uma nova política curricular articulada para essa etapa de ensino.

As limitações dessa pesquisa não nos permite inferir sobre os pormenores desse processo formativo, mas nos permite problematizar a falta de formação específica para os docentes que atuam no Ensino Médio, uma vez que há especificidades que precisam ser consideradas, não só em relação a adaptação e uso das ferramentas, mas relacionadas à organização do currículo, bem como outras tantas particularidades que envolvem o Ensino Médio catarinense.

Essas experiências, sem dúvida deixam seu legado, principalmente em relação ao domínio do uso das ferramentas disponíveis em plataforma digitais e seus impactos nas práticas pedagógicas. Por outro lado, deixam uma preocupação em relação à ampliação das parcerias público privadas na oferta de formação continuada dos professores, e também ao subsidiar as práticas educativas nas escolas públicas – ações anunciadas veladamente nas atuais políticas instituídas por meio da reforma do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BAADE, J. H.; ERANDI BRANDENBURG, L.; GONZÁLEZ VELASCO, J. M.. Dicotomia, complexidade e educação para a cidadania. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 31, n. 1, p. 85–103, 2020. DOI: 10.5216/rp.v31i1.66947. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/66947> Acesso em: 14 nov. 2023.

CORRÊA, S. S.; GARCIA, S. R. O. A aprovação de um Novo Ensino Médio: um olhar para os impactos desse movimento. *In*: Jane Mery Richter Voigt; Marly Krüger de Pesce; Shirlei de Souza Corrêa. (Org.). **Ensino Médio em Santa Catarina e os Desafios Contemporâneos**. 1ed. Joinville: Santa Catarina: Editora Univille, 2021, p. 28-44.

CORRÊA, S. S.; XAVIER, D. L. ; LAMIM, J. E. As tecnologias digitais e as mudanças nas práticas pedagógicas: o que dizem os professores de Ensino Médio?. **Revista Cocar** (online), v. 15, p. 1-19, 2021.

DIAS, É. PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2020, v. 28, n. 108 [Acessado 23 Agosto 2022] , pp. 545-554. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001> Acesso em: 12 ago. 2022.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 8.ed. São Paulo, São Paulo: Cortez, 2010.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, José. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Curitiba, Paraná: CRV, 2017, p. 23-35.

MORGADO, José Carlos. Políticas, contextos e currículo: desafios para o século XXI. *In*: José Carlos Morgado, Joana Souza, Antonio Flávio Moreira, Arlindo Vieira (Orgs.). **Currículo, formação e internacionalização: desafios contemporâneos** (pp. 72-83). CIED.

MOTTA, V. C. da; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 355-372, 2017.

PESCE, Marly Krüger de ; VOIGT, J. M. R. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no Currículo do Ensino Médio. *In*: Jane Mery Richter Voigt; Marly Krüger de Pesce; Shirlei de Souza Corrêa. (Org.). **Ensino Médio em Santa Catarina e os Desafios Contemporâneos**. 1ed. Joinville: Santa Catarina: Editora Univille, 2021, v., p. 78-91.

Secretaria de Estado da Educação. **Formação On-Line Para Atividades Não Presenciais - 2020**. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30574-formacao-on-line-para-atividades-nao-presenciais-2020> Acesso em: 1 ago. 2022.

SILVA, M. R. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o Ensino Médio? **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 274-291, abr./jun. 2020. Disponível em:

<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1222>

Acesso em: 16 jun. 2022.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, A. M. dos; ACOSTA, A. C.; SANTANA, F. E.; CATAPAN, M. F.; BAADE, J. H. Educational technologies in times of social isolation: a research with teachers.

Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e17996450, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.6450. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6450> Acesso em: 14 nov. 2023.